

LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS E A ESPERANÇA DE UM FUTURO

YONNE LEITE (UFRJ, MUSEU NACIONAL E UGF)

RESUMO:

Falar dos povos e línguas indígenas, e sua dolorosa história, no decorrer destes cinco séculos de conquista e dominação, remete inexoravelmente a números, na maioria das vezes meras deduções, mas que têm de comum quantificarem perdas e extermínios.

Assim é que Ribeiro (1957) calcula em 1.000.000 a população indígena na época da chegada da frota de Cabral, que teria baixado para um máximo de 100.000 no século atual. Até a década dos 50 do século passado os nossos livros escolares pouco ou nada diziam dessa política de extermínio cultural. A visão mais comum era de que os primeiros eram índios tupi, que moravam em tabas, tinham um cacique chamado morubixaba e acreditavam num Deus chamado tupã. O mito de um país homogêneo, lingüística e culturalmente tem seu início na época da conquista e perdurou por 400 anos. O encontro com a diversidade só vai se dar no século XIX com os viajantes e cientistas de várias nacionalidades para conhecer e estudar esse enorme país tão pouco conhecido à época. Hoje em dia Rodrigues (1993) estima que, às vésperas da conquista, eram faladas 1.273 línguas. Hoje, estima-se a população indígena em 350.000 pessoas e 206 etnias. São cerca de 180

línguas, das quais a grande maioria se encontra na região amazônica, para uma população que se distribui em 41 famílias, dois troncos, uma dezena de línguas isoladas.

Em 500 anos, uma perda de cerca de 85%. A grande reviravolta vai se dar com a institucionalização da pós-graduação a partir de 1960. Apesar das inúmeras teses defendidas no Brasil e no exterior, do estudo intensivo de várias línguas indígenas e do sucesso da Escola Indígena bilíngüe assegurada em lei, ainda perdura o perigo de morte e extinção de 33 línguas, devido ao número exíguo de falantes que varia de 2 a 14 pessoas.

Introdução

Foi nos Estados Unidos da América, num curso de verão na Universidade de Michigan para onde fora a fim de cursar a disciplina de Lingüística – disciplina que não havia no curso de Letras Neolatinas –, embora na Universidade tivéssemos um grande professor reconhecido internacionalmente, o Professor Mattoso Câmara Jr. Essa ausência se devia ao acúmulo de disciplinas obrigatórias que um aluno de Letras Neolatinas deveria cursar: línguas e literaturas portuguesa, latina, francesa, espanhola, italiana, literatura brasileira e latino-americana filologia românica, além de fundamentos de psicologia, sociologia e filosofia da Educação, didática geral e específica e prática de ensino. Não havia, pois, espaço e tempo na grade curricular para que se estudasse

lingüística. Tive então como professor o educador Anísio Teixeira de saudosa memória, que me abriu um campo desconhecido: o meu próprio país, suas raízes, sua história e suas mazelas e grandeza. Seguidor de John Dewey, Anísio Teixeira abriu a possibilidade a recém formados em química, história e geografia, línguas, artes, biologia irem estudar nos Estados Unidos e, na volta, trabalhar num ginásio em que a moderna filosofia e práticas educacionais seriam aplicadas. Partimos todos imbuídos do ideal de mudar a face da Educação neste país. Ledo engano. Fui a Michigan para considerado indispensável para o ensino de línguas estrangeiras.

Foi no curso de verão, na Universidade de Michigan para onde fora a fim de aprender a lingüística moderna em seu modelo prevalecente à época, o estruturalismo norte-americano, com sua metodologia de contrastes e distribuição complementar. Foi na disciplina de Introdução à Lingüística em que passei a lidar com dados de línguas que eu nem sabia da existência, totalmente diferentes das línguas neolatinas que estudara, que me deparei, ao fazer exercícios e de análise fonológica, com um problema, cujos dados eram da língua Maxacali com a seguinte especificação: tronco Macro Jê, Minas Gerais Brasil. Descobri então que ainda havia línguas indígenas faladas no Brasil, que não fossem o Tupi-Guarani. Ao voltar ao Brasil já tinha feito minha cabeça: um dia eu iria estudar essas línguas, mas não sabia para onde me dirigir e como realizar essa nova meta. Por acaso eu soube que havia sido criado recentemente, no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista,

o Setor de Lingüística, a cargo do Professor Joaquim Mattoso Câmara Jr. cuja finalidade era promover a documentação, descrição e análise das línguas indígenas no Brasil. Dirigi-me ao Museu oferecendo meus préstimos, falei com o Professor Mattoso Câmara e lá fiquei até minha aposentadoria. E ainda lá continuo realizando meu projeto de pesquisa da língua tapirapé, da família tupi-guarani, como pesquisadora bolsista do CNPq. Esse final feliz, que se concretizou após uma sucessão de acasos, não foi um caminho percorrido apenas por mim. Em trabalho realizado junto com Bruna Franchetto em que 13 pessoas que trabalhavam, em 1983, com línguas indígenas, foram entrevistadas e ao responderem a pergunta: “como soube da existência do campo de conhecimento das línguas indígenas brasileiras?” Todos responderam: “foi por acaso” (LEITE; FRANCHETTO, 1983).

Esse preâmbulo longo, que me permiti fazer como intróito dessa palestra, teve o propósito de mostrar como a institucionalização desse campo de conhecimento provocou uma rápida mudança nos estudos das línguas indígenas e na situação dos índios no Brasil.

História do passado de nossos primeiros habitantes

Passemos então a essa outra estória, uma história do passado de nossos primeiros habitantes que começa com perdas e danos.

Falar dos povos e línguas indígenas e de sua dolorosa história, no decorrer destes 500 anos de conquista e dominação, remete inexoravelmente a números, na maioria das vezes meras deduções, mas que têm de comum quantificarem perdas e extermínios. Assim é que Darcy Ribeiro, em *Culturas e línguas indígenas do Brasil*, estima em 1 milhão população indígena na época da chegada da frota de Cabral, que teria baixado para um máximo de 100 mil no século XX. Já em *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, Darcy Ribeiro (1995) revê esse cálculo, elevando-o para 5 milhões, estimativa um pouco mais condizente aos resultados de recentes pesquisas, na região amazônica feitas pelos arqueólogos norte americanos Anna Roosevelt (1988 e 1991) e Michael Heckenberger (2000a e 2000b) que comprovam ter havido na Amazônia, em períodos anteriores à penetração européia, um povoamento extremamente denso em estágio avançado de cultura material e organização social. Essas investigações se contrapõem à teoria vigente da adaptação ecológica, pela qual, na época pré-cabralina, os grupos indígenas seriam pequenos e rarefeitos, com um desenvolvimento limitado pela pobreza do ecossistema, o que impediria o crescimento e a concentração populacional.

O que aconteceu, no século XVII, com a ocupação da Amazônia, foi um processo vertiginoso de extermínio e depopulação. As perdas foram, pois, bem maiores do que as que figuram nas estatísticas mais conhecidas.

Aryon Dall'Igna Rodrigues (1993) estima que, às vésperas da conquista, eram faladas 1.273 línguas. Hoje o cálculo mais difundido é 350 mil pessoas e 206 etnias. São cerca de 180 línguas, das quais a grande maioria se encontra na região amazônica, para uma população que se distribui em 41 famílias, dois troncos, uma dezena de línguas isoladas.

Em 500 anos, uma perda de cerca de 85%.

É de surpreender que, apesar da escravidão que lhes foi imposta, das entradas e bandeiras, dos descimentos e da política colonial de homogeneização, o Brasil, seja, no contexto sul-americano, o país com a maior diversidade genética. Por outro lado, tem uma das mais baixas concentrações de população por língua. O número de falantes vai de um máximo de 20.000 a 10.000 (Guarani, Tikuna, Terena, Makuxi, Kaingang) aos dedos de uma mão, quando não resta um único e último falante. A densidade populacional média é de menos de 200 falantes por língua.

A descoberta de novos grupos indígenas e as pesquisas que se intensificaram após a década dos 80, com a consolidação da pós-graduação, têm efeitos marcantes no campo de reconstrução da história e classificação genética das línguas indígenas brasileiras, pois podem revelar novos agrupamentos genéticos, ou novos acréscimos a famílias, ou troncos já estabelecidos.

É da mudança ocorrida na segunda metade do século passado, quando lingüistas, graças à ação de mestres, como José de Oiticica, Joaquim Mattoso Câmara Jr. e Aryon Dall'Igna Rodri-

gues, assumiram a responsabilidade de devolver às populações indígenas um pouco do muito que lhes tiramos e de construir uma consciência coletiva de nossa responsabilidade social, que relatarei a seguir.

Até os anos 60 do século passado, poucas pessoas tinham conhecimento de que esse extermínio de populações inteiras havia acontecido no decorrer dos 5 séculos que nos antecederam. E pouco ou nada se sabia sobre a diversidade lingüística existente no País. Criara-se o mito de um Brasil lingüística e culturalmente homogêneo.

A negação de um Brasil multilingüe e multicultural tem uma longa história que se inicia com a política dos jesuítas e a catequização dos povos que aqui habitavam. Segundo Candida Drummond Barros *et alii* (1996), no artigo “A língua geral como identidade construída”, o multilingüismo existente na província do Grão Pará, era bem conhecido, tanto que Manuel da Nóbrega, padre jesuíta, considerava a área uma torre de Babel, com um número de línguas muito maior do que a que se conhecia através da Bíblia.

No Tupinambá, a língua mais usada na costa do Brasil, havia uma variedade dialetal bem pronunciada. Aryon Rodrigues (*Op. cit.*) chama a atenção (no artigo “Descripción del tupinambá en el período colonial: el arte de Anchieta), para o fato de que Fernão Cardim, em 1584, mencionou 68 idiomas distintos do Tupinambá numa área que corresponde aproximadamente aos

atuais Estados de Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro. (RODRIGUES, *op. cit.*, p. 372).

Nos tempos atuais, podemos evocar o cartão postal das etnias indígenas brasileiras. Refiro-me à região conhecida como Alto Xingu, ao norte do Estado de Mato Grosso onde vivem nove etnias que falam línguas geneticamente distintas (Tupi, Karib, Arawak) e que participam de uma mesma rede de intensas relações rituais e matrimoniais (Cf. FRANCHETTO, 2001).

A supremacia do Tupinambá como língua de instrução, num quadro complexo como o relatado, poderia talvez ser explicada pela sua expansão geográfica. No entanto, os motivos para uma única língua prevalecer, em meio de tamanha diversidade genética, são de ordem bem diferente. Como ressalta o já mencionado artigo de Barros *et al* (*Op. cit.*), a multiplicidade de línguas era um empecilho à conversão, e todas deveriam ser reduzidas a uma só, de preferência a mais comum e a mais usada por um maior número de falantes, isto é, a mais geral.

Esta política de institucionalização de uma língua indígena como geral foi parte de uma política indigenista colonial que estabeleceu uma categoria de “índio”, que não existia no mundo pré-colonial. Índio era uma categoria superétnica, reduzidas as diferenças dos grupos a um modelo único aplicado a toda a população indígena. A categoria índio marcava a oposição entre o colonizador e o colonizado. Mantinha a alteridade cultural em relação ao colonizador, porém sem recuperar o étnico, ou seja, as especificidades próprias de cada grupo como unidade político-econômica. (BARROS *et al*, 1996, p. 195-6)

Para a maior eficácia da prática da conversão e homogeneização lingüística, era necessário estabelecer mais dicotomias, que lançassem as sementes de um julgamento valorativo positivo dos convertidos: língua boa/língua ruim, índios mansos/índios bravos, tupi/tapuia.

A política posta em prática pelos jesuítas, com o apoio da Coroa, tirou dos índios seus costumes, suas terras, sua cosmologia, sua música e sua língua. A uma diversidade condenada, impôs-lhes uma homogeneidade, cujo objetivo era manter a unidade do território conquistado.

Essas populações, segundo Gândalvo (1576) *sem fé, nem lei, nem rei* – porque em tupinambá não há *f*, *r* e *l* –, deveriam passar a ter só *uma fé, uma só lei e um só rei*. Estavam, assim, lançadas as bases para um imaginário de uma Terra Brásilica lingüística e culturalmente homogênea.

É somente no século XIX que se começa a descobrir a diversidade e o multilingüismo do Brasil e se inicia a documentação mais ampla dessas línguas. Do período colonial só restaram publicadas três gramáticas: duas sobre o Tupinambá – a de Anchieta (1595) e a de Luiz Figueira (1687) – e a de Luís Mamiani sobre a língua Kiriri (1699), um catecismo em tupinambá (*Ibidem*) e um catecismo na língua Manau.

Com a expulsão dos jesuítas e fechadas as Missões, no século XIX entram em cena os viajantes que aqui vinham em expedições para o estudo da fauna, flora, rios e montanhas deste imen-

so país, ainda tão desconhecido. E em sua longa caminhada por regiões longínquas, encontravam grupos indígenas e, embora sem formação em fonética ou em teorias gramaticais, registravam suas línguas, legando-nos vocabulários, algumas frases, e excertos gramaticais.

Sobressaem-se, neste período, os pesquisadores alemães Carl Friedrich Phil von Martius, Karl von den Steinen, Theodor Koch Grünberg, Paul Ehrenreich, e Curt Unkel que, ao se naturalizar brasileiro, acrescentou a seu nome alemão Curt Unkel, o sobrenome que lhe foi dado pelos Apapokuva Guarani, Nimuendaju “aquele que fez sua morada entre nós”. E assim se tornou Curt Unkel Nimuendaju, autor do Mapa Etno-histórico, um monumental trabalho no qual se encontram o nome da etnia encontrado nas documentações existentes para cada língua indígena com o ano em que foram feitas, sendo, assim, possível reconstruir a história das migrações e ocupações de territórios das populações indígenas.

Uma figura ímpar, pela originalidade de sua metodologia de trabalho e pela qualidade do material que legou, é Capistrano de Abreu e sua gramática Kaxinawá (Pano), entusiasticamente elogiada por Paul Garvin (1946), Mattoso Camara (1965) e Mario A. Perini (1997), em artigo intitulado “Um Prometeu da lingüística brasileira”.

Recentemente a obra de Capistrano foi alvo de uma exegese feita por Christino (2006) em sua tese de doutorado *A rede de*

Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do *rã-txa-hu-ni-ku~i* em face da sul-americanística dos anos 1890-1929.

Capistrano não fez viagens, não se deslocou, nem participou de expedições. Trabalhou em sua casa, com um empregado Kaxinawá.

As principais famílias lingüísticas brasileiras foram delineadas nessa época: Tupi, Jê, Pano, Karib.

O encontro com a diversidade e com o pluralismo foi fruto do trabalho, de esmero e acuidade de não-especialistas em lingüística: Curt Unkel Nimuendaju era auto-didata, von Martius, botânico e farmacêutico, von den Steinen tinha sua formação básica em medicina com especialização em psiquiatria, Koch-Grünberg, era formado em filologia clássica e Capistrano de Abreu era historiador.

A documentação que fizeram, sem dúvida, muitas vezes deixa a desejar quanto ao registro fonético e à interpretação de formas. Porém seu valor factual histórico é inestimável, pois algumas delas têm mais de 100 anos. Os povos indígenas não têm uma história escrita, nem documentos antigos. São esses trabalhos, quer de conteúdo etnológico, quer lingüístico, que lhes dão profundidade histórica e permitem, por comparação com os dados atuais, reconstruir um estágio mais anterior e deprender, com maior certeza, processos de mudanças, quer espaciais, quer lingüísticas.

Os estudos sobre o Tupi, como a língua indígena falada no País, perduraram por muito tempo, embora tenham assumido outra forma, qual seja, a de verificar sua influência no português do Brasil (MONTEIRO, 1922).

Criou-se a tradição de que estudar as línguas indígenas era listar os empréstimos vocabulares do tupi e sua adaptação ao português (“peteca” do tupi *petek*, “quarar” – por ao sol – do tupi *kwara* – “sol” –, “jacaré” do tupi *yaka´ré*, “arara”, “cururu” – tipo de sapo. Os topônimos também foram objeto de estudo, por exemplo, “Itacoatiara” – pedra pintada –, “Araçatuba” – lugar que tem muito araçá (goiaba grande, denominação para a goiaba que persiste até hoje na Bahia e *tyb* – plantação abundância).

Vários foram os apelos feitos por lingüistas da necessidade urgente de um programa de pesquisa das línguas indígenas brasileiras, uma vez que havia o sério perigo de sua extinção, o que poderia significar também a extinção física do grupo.

A institucionalização do campo de estudos de línguas indígenas era ainda baixa no começo dos anos 80. Dominava, ainda, o *Summer Institute of Linguistics* (SIL), hoje cognominado, *International Institute of Linguistics*, e seu modelo e metodologia para a pesquisa de campo. A esta instituição havia sido entregue, a partir do final dos anos 50, a gigantesca tarefa de acumular conhecimentos sobre as línguas indígenas no Brasil. O SIL trouxe não só os missionários-lingüistas, mas também o modelo padronizado de como se deveria fazer a pesquisa de campo e de como

deveriam ser apresentadas as descrições e análises. Na tentativa de inovação, a história se repetia: trocava-se documentação lingüística de povos conquistados pela salvação de suas almas. Além disso seu principal objetivo era traduzir a Bíblia para as línguas indígenas, cuja finalidade era, mais uma vez, substituir seus mitos, seus costumes e suas concepções do mundo.

O fim das alianças entre o SIL e instituições acadêmicas e governamentais brasileiras, no final dos anos 70 e início dos anos 80, coincidiu com a consolidação da pós-graduação nas universidades. Iniciou-se uma nova era e tornaram-se possíveis novos rumos na documentação e descrição das línguas indígenas brasileiras. A lingüística conquistava a sua autonomia, no Museu Nacional da Universidade, Federal do Rio de Janeiro, em Pernambuco, na Universidade de Brasília, na Universidade de Campinas. Aos poucos, se constitui um corpo docente capacitado e, mais do que isso, com formação teórica diversificada.

Um mero exame da produção em línguas indígenas nos últimos quinze anos e das dissertações e teses oriundas dos programas de pós-graduação mostra, de imediato, uma salutar mudança: a destupinização tão almejada se efetivou, o molde hegemônico de descrição esvaiu-se e a diversidade teórica instalou-se.

Novos centros de pesquisa surgiram nas Universidades Federais de Goiás, do Pará, de Pernambuco, do Amazonas, de Alagoas, na Universidade de São Paulo, na Universidade Estadual de Londrina, no Museu Paraense Emilio Goeldi.

Lucy Seki (1999 e 2000a) apresentou um levantamento, ainda parcialmente inédito, que abrange tanto os artigos publicados, as comunicações em congresso, encontros, seminários, quanto às dissertações de mestrado e teses de doutorados realizadas no país e no exterior, cobrindo o período de 1.960 até meados dos anos noventa. Desse levantamento constam 400 títulos de trabalhos publicados, em periódicos nacionais e estrangeiros, sem contar as comunicações a congressos, simpósios, seminários e encontros, ainda não publicados, mas que circulam entre os especialistas. Além disso, temos 107 dissertações de mestrado, das quais 5 foram feitas no exterior e 44 de doutorado, das quais 16 foram defendidas no exterior.

Novas pesquisas se acumulam, em quantidade e qualidade maiores, a partir do começo deste novo século. A *Gramática do Kamaiurá* (SEKI, 2000b) reinaugura, em bases modernas, o estudo descritivo das línguas tupi-guarani. O avanço é grande e o campo está em plena efervescência. Observe-se, porém, que apesar de se estar lidando com línguas até bem recentemente ágrafas que se caracterizam, portanto, pela oralidade, não se tem notícia de arquivos institucionais sonoros, ou mesmo, iniciativas de arquivos abertos para consulta ao público, inclusive aos índios, onde a documentação já existente possa ser consultada. Um novo campo se abre com novas ferramentas e novos conceitos de trabalho de campo para a documentação lingüística. À tarefa clássica de produzir gramáticas e léxicos de uma determinada língua (ou

variante), se acrescenta, agora, a de coletar amostras amplas de eventos e de gêneros de fala, em áudio e em vídeo. Começam a ser construídos arquivos e acervos digitais e multimídia que serão abertos para a consulta pública e, sobretudo, para o uso e à participação ativa das comunidades de falantes ou de ex-falantes. Acervos existentes e inacessíveis, à beira, eles mesmos, da extinção, às vezes guardando dados e informações preciosos e únicos, podem ser ‘salvos’, postos, assim, à disposição dos falantes e de seus descendentes.

Também ampliaram-se as fontes de financiamento para as pesquisas. As línguas indígenas são hoje consideradas patrimônio imaterial da humanidade. É dever de todos salvá-las e mantê-las. Hoje as Fundações de Amparo à Pesquisa, a Petrobrás e o CNPq, com sua dotação mensal aos bolsistas de produtividade em pesquisa para gastos referentes ao projeto para o financiamento de viagens, material de consumo, livros e material necessário para a execução da pesquisa, como gravadores, máquinas digitais para a gravação no campo, também nos permitem um registro mais acurado da língua indígena em todas as suas manifestações.

O mais importante é que os próprios falantes estão se transformando em pesquisadores, muitos já formados em Universidades que abriram suas portas e têm projetos especiais de formação de professores indígenas com 3.º grau.

Em 2003, Josimar Xawapare’ymi Tapirapé, formado em magistério indígena e professor da Escola Estadual Tapi’itãwa,

situada na aldeia de mesmo nome, em Confresa a 1.165 km da Capital de Mato Grosso foi premiado pela Fundação Victor Civitas (São Paulo), na categoria Educação e Línguas Indígenas por seu trabalho de recuperação do léxico tapirapé. Na cerimônia de entrega dos prêmios em São Paulo, compareceu formalmente vestido ao modo dos brancos, mas na face estava desenhada, com tinta de genipapo, sua marca tribal. Seguiu, assim, a etiqueta de seus hospedeiros, mas matinha sua identidade étnica. Em entrevista em vídeo feito na aldeia disse: “Faço todo esse trabalho na Escola bilíngüe porque não quero mais ver um tapirapé assinando com o dedão”. E acrescentou “O português é nossa segunda língua”. “Não podemos deixar de falar a nossa língua”.

No congresso internacional intitulado *Semantics of under-represented languages* (SULA 4), realizado na Universidade de São Paulo nos dias 25e 26 de maio deste ano, o professor Mutuá Mehináku Kuikuro foi convidado a fazer uma conferência a qual deu o título *Primeiros contatos: meu avô e a lingüística* e apresentou em co-autoria com Bruna Franchetto a comunicação *Formas e conceitos da pluralidade em Kuikuro*. Mutuá é candidato a uma bolsa da Fundação Ford/ Fundação Carlos Chagas no âmbito do Programa de Ação Afirmativa ao Mestrado em Lingüística com projeto sobre neologismos em Kuikuro. Assim, aos poucos, apesar da discriminação e do preconceito que ainda existem nas cidades circunvizinhas, diminuem-se o medo de brancos e a vergonha de ser índio.

No entanto, serão essas ações afirmativas suficientes para afastar definitivamente os perigos de extinção?

Em 1992, Michael Krause lançou um alerta para o mundo, ao afirmar, com base em rigoroso levantamento, que, no século XXI, 3.000 das 6.000 línguas existentes no mundo desaparecerão e 2.400 estarão perto da extinção. Apenas 600, ou seja 10%, se encontram seguras, a salvo. Em 1998, Ken Hale vaticina que, no século XXI, a categoria "língua" incluirá somente aquelas faladas por, no mínimo, 100.000 pessoas. Isso significa que 90 % das línguas do planeta estão em perigo; pelo menos 20% – ou talvez 50% – das línguas já estão agonizando. Uma língua agonizante ou "em perigo" é, tipicamente, uma língua local, minoritária, e em uma situação de ruptura geracional: onde, se os pais ainda falam com seus próprios pais suas línguas maternas, já não o fazem mais com seus próprios filhos, que abandonam definitivamente o uso da língua nativa, destinada à morte dentro de um século, *a menos que algo aconteça para a sua revitalização*.

Se nosso objetivo e missão é evitar que as línguas indígenas escapem de uma futura extinção precisamos de dados controlados e confiáveis que nos permitam dar graus de prioridade às que correm maior perigo, devido ao seu reduzido número de falantes.

Porém a ausência de dados quantitativos comparáveis e definidos persiste até hoje. Vimos que as pesquisas arqueológicas tornam as estimativas de 1 milhão ou mesmo de 5 milhões para a

população pré-cabralina muito baixas. Nas quantificações atuais, na maioria das vezes, os números se referem ao número de pessoas e não aos de falantes da língua. Além disso, porém, os critérios para a inclusão na categoria “índio” e para a diferença entre língua e dialeto variam de autor para autor, e nem sempre estão explicitados.

É bom ressaltar que sabemos que há, pelo menos, 33 línguas ameaçadas de extinção iminente por terem de 2 a 15 falantes e ainda cerca de 50 grupos sem contacto.

Temos uma grande tarefa pela frente e em condições realmente favoráveis. Longe estamos dos séculos que nos antecederam. O progresso foi rápido

Por que devemos salvar essas línguas e preservá-las e revitalizá-las?

A perda de uma língua, sem documentação, e da diversidade lingüística é irreversível, pois diminui as possibilidades de uma reconstrução mais completa da pré-história lingüística e também de determinar a natureza, o leque e os limites das possibilidades lingüísticas humanas, tanto em termos de estrutura, quanto em termos de comportamento comunicativo ou de expressão e criatividade poética. Mais graves e mais complexas são as conseqüências da perda lingüística para as populações indígenas, minoritárias e sitiadas. Se a relação entre identidade lingüística e identidade étnica, cultural e política é complexa – não sendo elas redutíveis uma à outra, como mostram os povos indígenas do

nordeste – não há dúvida quanto às conseqüências da agonia e desaparecimento de uma língua, com relação à perda da saúde intelectual do seu povo, das tradições orais, das formas artísticas (poética, cantos, oratória), dos conhecimentos, de perspectivas ontológicas e cosmológicas. Certamente diversidade lingüística e diversidade cultural podem ser equacionadas e, nesse sentido, a perda lingüística é uma catástrofe local e para toda a humanidade.

A tarefa dos lingüistas que se dedicam a essa área de conhecimento é, pois, gigantesca: formar pessoal capacitado para cumprir essa missão, tanto professores e pesquisadores indígenas, quanto membros da academia, realizar um levantamento que possibilite priorizar as ações mais urgentes, registrar essas línguas em todos os seus aspectos, e procurar financiamento para que todos esses registros sejam postos à disposição de seus verdadeiros donos.

A saída que vejo trabalhar lado a lado com nossos colegas indígenas para que eles sejam os atores principais e nós passemos a meros coadjuvantes. Quero viver o bastante para ver a passagem definitiva do bastão do conhecimento.

Para terminar e em agradecimento ao convite a mim feito e à paciência e atenção com que me escutaram, cedo a minha voz a dos índios guarani, ainda sobreviventes em São Paulo e no Rio de Janeiro (Angra dos Reis) no CD com música guarani cantada por um coro de crianças. Eis as palavras com as quais se apresentam ao nosso mundo:

*Hoje o mundo está em conflito.
E, através daquela música,
através daquele cântico sagrado,
a gente cria um mundo de paz,
cria em todos os sentidos.[...].
A importância dessa gravação é
unir todos os povos [...],
branco, vermelho, preto[...].
Tem hora que a gente pode chorar
Tem hora que você pode rir.
Todos temos esses sentimentos através da música
Porque queremos paz,
Paz mundial entre os povos.
Que se crie uma aliança
através dessa música.*

Referências bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. *rã-txa hu-ní-ku-ĩ: a língua dos Caxinauás do rio Ibuacú, afluyente do Murú (Prefeitura de Tarauacá)*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914.

ANCHIETA, José Pe. *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1980. Edição fac-similada de 1595.

BARROS, Maria Cândida Drumond; BORGES, Luiz C.; MEIRA, Márcio. A língua geral como identidade construída. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 1996. v. 39, n. 1, p. 191-219.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras* (com um suplemento sobre a Técnica da Pesquisa por Sarah Gudschinsky). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1965.

CHRISTINO, Beatriz Protti. *A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do rã-txa-hu-ni-ku-~i em face da Sul-americanística dos anos 1890-1929*. (Tese de doutorado), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Departamento de Linguística, 2006 (disponível em <http://www.teses/disponiveis/8/8139/tde-16042007-162715/>).

FIGUEIRA, Luiz, Pe. *Arte de grammatica da língua brasilica*. Lisboa. 2. ed., Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1877 [1687].

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra ç História do Brasil*. 1576. Edição organizada por Leonardo Dantas Silva. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

GARVIN, Paul. Review. *International Journal of American Linguistics*, Bloomington, v. 12, 1946.

HALE, Kenneth On endangered languages and the importance of linguistic diversity. In: GRENOBLE, Lenore A.; WHALEY, Lindsay J. (Eds.). *Endangered languages: language loss and*

community response. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 192-216.

HECKENBERGER, Michael J. Estrutura, História e transformação: a cultura xinguana na longue durée. **In** FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael J. (Orgs), *Povos do Alto Xingu: História e Cultura*. Rio de Janeiro; Editora da UFRJ, 2001. p. 21-62.

_____. *The Ecology of Power: Culture, Place and Personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000*. New York: Routledge, 2005.

KRAUSE, Michael. *The world's languages in crisis*. *Language*, [s.l.]: 1992. n. 68, p. 4-10.

LEITE, Yonne e FRANCHETTO, Bruna. A concepção dos lingüistas. *Cadernos de Lingüística*, Campinas, 1983. v. 4, p. 15-30.

MAMIANI, Luiz Vicencio. *Arte de grammatica da lingua brasiliica da naçam Kiriri*. Lisboa: [s.n.], 1699.

MONTEIRO, Clovis. Da influência tupi. **In**: _____. *Português da Europa e português da América*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1931.

PERINI, Mário Alberto. Um Prometeu da lingüística brasileira. **In**: _____. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 1997.

RIBEIRO, Darcy. Culturas e línguas indígenas do Brasil. *Educação e Ciências Sociais*, [Rio de Janeiro]: 1957. v. 2, n. 6, p. 1-102.

_____. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A*, São Paulo, 1993. v. 9, n. 1, p. 83-103.

ROOSEVELT, Anna *Parmana: Prehistoric Maze and Manioc Subsistence along the Amazon and Orinoco*. New York: Academic Press, 1980.

_____. *Moundbuilders of the Amazon: Geophysical Archaeology on Marajo Island*. New York: Academic Press, 1991.

SEKI, Lucy. A lingüística indígena no Brasil. *Delta*, São Paulo, 2000a. v. 15, p. 257-290. Número especial.

_____. Gramática Kamayurá: língua Tupi-Guarani do Alto Xingu. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000b.

STENZEL, Kristine. Lenguas y tradiciones orales en la Amazonia brasileña. **In:** *Lenguas y Tradiciones Orales de la Amazonia- diversidad em peligro?*. Havana: Oficina Regional de cultura para América Latina y el Caribe, UNESCO/Casa de las Américas, 2006. p. 71-121.